

**Sergio Amadeu
da Silveira**

é graduado em Ciências Sociais (1989), mestre (2000) e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2005). É professor adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC). Consultor de Comunicação e Tecnologia. Foi professor titular do Programa de Mestrado da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero (2006-2009).
e-mail: samadeu@gmail.com

**As políticas da sociedade
informacional, propriedade
imaterial e cultura digital**

**Policies of the information
society, immaterial property
and digital culture**

**Políticas de la sociedad de la
información, propiedad
inmaterial y la cultura digital**

59

Comunicação & Sociedade

As políticas da sociedade informacional, propriedade imaterial e cultura digital

RESUMO

O texto busca demonstrar a confluência de interesses entre a indústria da intermediação (fusão das corporações do copyright, da radiodifusão e das empresas de telecom) e o pensamento autoritário na tentativa de controlar os fluxos de informação nas redes digitais.

Palavras-chave: Internet, Ciberpolítica, Sociedade Informacional, Propriedade Intelectual.

ABSTRACT

This paper seeks to demonstrate the confluence of interests between the intermediation industry (the merging of copyright, broadcasting, and telecommunication corporations) and the authoritarian thought in the attempt to control the flow of information in digital networks. Keywords: Internet, Cyberpolitics, Information Society, Intellectual Property.

RESUMEN El texto trata de demostrar la confluencia de intereses entre la industria de intermediación (la fusión de las corporaciones de derechos de autor, radiodifusión y telecomunicaciones) y el pensamiento autoritario en la intención de controlar el flujo de informaciones en las redes digitales. Palabras clave: Internet, Ciberpolítica, Sociedad de la Información, Propiedad Intelectual.

Submetido em: 27-1-2012

Aceito em: 1-3-2012

As redes digitais alteraram profundamente a ecologia dos meios de comunicação e trouxeram inúmeras dificuldades para as atividades de intermediação cultural consolidadas no universo do *broadcasting*. A expansão da Internet reforçou as práticas colaborativas, trouxe novas agregações desterritorializadas de interesses e tornou mais fácil falar que ser ouvido (BENKLER, 2005, p. 215).

Com uma arquitetura lógica distribuída sobre uma infraestrutura cada vez mais centralizada e controlada por oligopólios, a rede mundial de computadores permitiu que uma mensagem de um indivíduo atingisse milhões de pessoas que com ela passaram a interagir. Este aumento do poder comunicativo dos indivíduos acarretou uma grande instabilidade para a imprensa. A decisão sobre o que deveria ser considerado notícia deixou de ser responsabilidade de um número diminuto de editores, principalmente com o surgimento das redes de relacionamento *on-line*.

As atividades de criação, produção e distribuição de bens culturais voltados para o mercado de consumo de massas, antes concentradas na indústria cultural, também sofreram um grande impacto. As redes digitais permitiram que práticas corriqueiras de compartilhamento, presentes em quase todas as culturas, ganhassem escala transnacional, e, aparentemente atingir um grau de intensidade jamais visto,

fossem consideradas as responsáveis por uma suposta queda na lucratividade das gravadoras e distribuidoras de filmes e vídeos.

A recombinação de conteúdos reconquistou visibilidade, tornando-se comum às diversas subculturas digitais ou comportamentos ciberculturais que exploram cada vez mais o enorme potencial de “remixagem” e reconfiguração das tecnologias baseadas na digitalização. Este fenômeno contribuiu para o solapamento da aparente naturalidade da propriedade intelectual, idealizada nos moldes analógicos do mundo industrial.

O intenso compartilhamento de bens culturais ganhou maior destaque e amplitude nas redes de troca direta de arquivos, conhecidas como “redes P2P” (par-a-par). A troca de arquivos P2P chegou a representar mais de 50% do tráfego de pacotes de dados na Internet. Estima-se que mais de 20 milhões de pessoas participem da troca de músicas, vídeos, *softwares* e games nas diversas redes que utilizam os protocolos de comunicação P2P.

Em paralelo à expansão das redes digitais que conformam a Internet, a conjuntura internacional caracterizou-se pelo acirramento do que Castells denominou “poder das identidades”. Se as forças da globalização, por um lado, tratam de aplinar o mundo, elas geram resistências múltiplas e contraposições que vão desde os movimentos contra a globalização até as ações mais extremistas, como os atos terroristas.

Neste cenário, surgem novas políticas públicas que podem ser compreendidas como proposições voltadas à realidade de uma sociedade informacional. De um lado, buscam incluir todos os povos da Terra no uso da Internet. De outro, tentam aproveitar as características cibernéticas da comunicação digital para impor um novo domínio que assegure os inte-

resses políticos e econômicos das elites nacionais. Para isto, buscam alterar a dinâmica da Internet e a lógica de seus fundadores, que garantem a comunicação distribuída e anônima.

A despeito de combater o terrorismo e as redes de pedofilia, considerados dois dos grandes males da Internet, alguns segmentos com forte inserção estatal lançam acordos internacionais de combate a crimes cibernéticos (Convenção de Budapeste), enquanto diversas lideranças conservadoras buscam aprovar projetos nacionais de controle dos conteúdos e da navegação da Internet. Soma-se a tais iniciativas o interesse econômico das indústrias da intermediação que foram afetadas pela expansão da Internet: as indústrias fonográfica, cinematográfica e editorial, os radiodifusores e as companhias de telecom. Unem-se três interesses distintos: o combate ao terrorismo, a necessidade de controle estatal de conteúdos massivamente comunicados e a manutenção dos sistemas de propriedade intelectual forjados no capitalismo industrial.

Por isso, este texto buscará demonstrar a confluência de interesses entre a indústria do *copyright* e o pensamento autoritário que busca o controle dos fluxos de conteúdos na rede. Tentará também expor os principais exemplos da onda conservadora que recai sobre a Internet. Mostrará a lógica da lei Sarkozy de desconexão da rede de quem compartilha arquivos sem autorização das empresas detentoras de seu *copyright*. O efeito disseminador do ataque francês ao compartilhamento é seguido pela Inglaterra, Espanha e Itália, entre outros países.

Políticas internacionais de enrijecimento das leis de propriedade imaterial

A Internet é uma rede transnacional, o que torna pouco eficaz a maior parte das regulamentações

nacionais e impõe a necessidade de acordos internacionais para tratar de políticas globais para a rede. Porém, soma-se às dificuldades mais comuns para se firmar acordos internacionais, no caso da Internet, o enorme peso das diferenças culturais para as definições a respeito do que é considerado uma forma legítima de comunicação.

O modo como a Internet foi construída tem beneficiado a diversidade cultural. O motivo pode ser encontrado na frase de Pierre Lévy de que a rede é “universal sem totalidade”. Isto quer dizer que desde seu princípio a Internet é uma rede de redes baseada em protocolos de comunicação. Aderir à rede é simplesmente aceitar seus protocolos. Até o momento, enquanto prevalecer o princípio da neutralidade da rede (será tratado mais à frente), não é necessário se subordinar a determinados formatos ou aceitar conteúdos e doutrinas específicos para participar da Internet.

A arquitetura da rede é distribuída em malha. Isto significa que não existem centros obrigatórios para o trânsito dos fluxos de informação. Além disso, a rede tem sido reconfigurada constantemente por seus usuários (CASTELLS, 2003, p. 28), resultado de uma construção tecnológica aberta. Alguns pesquisadores, como Alexander Galloway, têm buscado demonstrar que o gerenciamento da Internet é dado por seus protocolos técnicos (GALLOWAY, 2004, p. 3-27). Como se fosse uma contradição, a Internet é uma rede não só de comunicação, mas também de controle. Trata-se de uma rede cibernética cujos controles são responsáveis pela comunicação livre, bem mais do que descentralizada, claramente distribuída.

Este processo, para Castells, “nasceu da improvável intersecção da *big science*, da pesquisa militar e da cultura libertária” (2003, p. 19). Os ideais da cultura *hacker* norte-americana no desenvolvimen-

to e expansão da Internet são nítidos e estão embutidos em seus principais protocolos tecnológicos. Tais princípios inseridos nos controles protocolares visam garantir a liberdade de criação de conteúdos e tecnologias, bem como a liberdade de expressão. Entretanto, tais liberdades, somadas à liberdade de compartilhamento de bens culturais digitalizados, têm sido alvo do ataque das corporações que vivem de renda originada na propriedade de bens imateriais, a denominada propriedade intelectual.

Dois acordos internacionais nascem com o propósito de manter o poder de controle dos grandes Estados nacionais sobre a rede mundial de computadores e das indústrias do *copyright* e sobre o nível de trocas não comerciais entre os internautas: a chamada Convenção de Budapeste, de 2001, e o ACTA (Anti-Counterfeiting Trade Agreement), iniciado em 2007.

No dia 23 de novembro de 2001, na cidade de Budapeste, Hungria, foi assinada a Convenção do Conselho Europeu sobre o Cibercrime. Os objetivos principais da Convenção são: harmonizar as definições sobre os crimes digitais no direito penal dos diversos países, implementar disposições processuais que garantam a guarda de provas e o sucesso das investigações, e implantar um regime rápido e eficaz de cooperação internacional. Lançada alguns dias após os atentados de 11 de setembro, a Convenção foi assinada por mais de 100 países e ganhou força por propor a adoção de mecanismos que ampliem as possibilidades de interceptação de dados em tempo real (artigo 20), considerados extremamente úteis para o combate à ameaça terrorista.

A Convenção também propõe em seu artigo 21 a “intercepção de dados relativos ao conteúdo”, propondo claramente que os provedores de acesso à rede mundial de computadores prestem “às autoridades

competentes o seu apoio e a sua assistência para recolher ou registar, em tempo real, dados relativos ao conteúdo de comunicações específicas em seu território, transmitidas através de um sistema informático". As redes terroristas e as redes de pedófilos são os alvos mais divulgados para obter apoio à Convenção de Budapeste. Todavia, os interesses das indústrias do *copyright* em criminalizar e inibir as cópias digitais têm sido os propulsores desta Convenção e do ACTA.

Diante da recusa da diplomacia brasileira em aderir a uma Convenção de cuja elaboração não participou, Marco Gerke, professor da Universidade de Koln, na Alemanha, durante o Seminário Internacional "Crimes Cibernéticos e Investigações Digitais", ocorrido na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 25 de maio de 2008, questionou: "Para que desperdiçar novas discussões e esforços se temos uma convenção que funciona e [da qual] todos os países podem participar?" (ERDELYI, 2008). O argumento da pressa e da eficácia no combate aos chamados crimes está acima do debate democrático e da necessidade de decisão informada; enfim, a guerra ao crime está acima do processo deliberativo.

O ACTA, que pode ser traduzido para o português como Acordo Comercial Anticontrafação, foi anunciado em outubro de 2007 pelos Estados Unidos, Comissão Europeia, Suíça e Japão, e é apresentado publicamente com o objetivo de incrementar o combate à pirataria dos bens falsificados e das obras cerceadas pelo *copyright*. Aderiram às negociações do ACTA a Austrália, Coreia do Sul, Nova Zelândia, México, Jordânia, Marrocos, Cingapura, Emirados Árabes e Canadá.

As negociações do ACTA foram conduzidas em reuniões fechadas. No dia 22 de maio de 2008, o site Wikileaks publicou um documento contendo algumas

das principais intenções de seus negociadores (MICK, 2008). A ideia dos formuladores do acordo é firmar um pacto global que permita criar um “marco legal para a aplicação dos direitos de propriedade intelectual” que consiga o enrijecimento das legislações nacionais, incorpore medidas que ampliem as restrições civis, aumente os controles de fronteira, endureça as penas e amplie as aplicações de tecnologias de restrição de cópias (WIKILEAKS, 2008).

Tanto a Convenção de Budapeste quanto o ACTA são esforços que pretendem anular duas das principais características da cultura digital: as práticas de recombinantes e o compartilhamento de arquivos digitais. Para tal, constituem-se como políticas públicas para uma fase além do nacional.

Novas legislações do *copyright* e o controle cultural das redes

A elevação dos níveis de troca de arquivos digitais, principalmente nas redes que se formam diretamente entre os internautas, as chamadas redes P2P (*peer-to-peer*), tem sido uma das maiores preocupações das corporações cujos modelos de negócios baseiam-se na venda de licenças de acesso a bens informacionais. Estas companhias também são chamadas de indústrias da intermediação e reúnem as indústrias fonográfica, cinematográfica e editorial. Suas entidades mais representativas estão nos Estados Unidos, país que mais se beneficia do modelo de propriedade intelectual implantado a partir do século XIX. Destas associações, as mais conhecidas e internacionalmente atuantes são a Motion Picture Association of America (MPAA) e a Recording Industry Association of America (RIAA).

Alegando que a cópia de um arquivo digital equivale a um roubo, a indústria de *copyright* tem visto

a Internet como um território hostil que precisa ser ocupado por forças disciplinadoras. A lógica das corporações é a de que as facilidades de compartilhamento de arquivos digitais têm confiscado sua renda. A RIAA faz projeções de perdas:

One credible analysis by the Institute for Policy Innovation concludes that global music piracy causes \$12.5 billion of economic losses every year, 71,060 U.S. jobs lost, a loss of \$2.7 billion in workers' earnings, and a loss of \$422 million in tax revenues, \$291 million in personal income tax and \$131 million in lost corporate income and production taxes. (RIAA, s/d).

A observação do comportamento dos internautas põe em cheque tais projeções de perdas. A maioria dos jovens que fazem *download* de músicas ouve as peças uma única vez e, em geral, apenas seu início. O fato de “baixar” uma música não significa que ela seria comprada pelo internauta, caso não existisse a facilidade de sua cópia gratuita nas redes P2P. Um exemplo que demonstra o efeito positivo das cópias pode ser encontrado na história recente do grupo brasileiro O Teatro Mágico. Sem nunca ter tocado suas canções nas rádios ou nos programas de TV, O Teatro Mágico incentiva a cópia de seus CDs e o *download* de suas músicas pela rede e, desse modo, conseguiu vender mais de 200 mil álbuns (cf. OFUGI, 2010, p. 76).

Desde o surgimento do Napster, em 1999, considerado por alguns a primeira grande rede P2P, as indústrias do *copyright* atuaram contra o direito de os internautas trocarem arquivos digitais sem pagar pelo acesso a cada cópia¹. O Napster foi processado pela RIAA e por diversas gravadoras, tendo suas ativida-

¹ <http://iml.jou.ufl.edu/projects/spring01/burkhalter/Napster%20history.html>

des encerradas em 2001. O ataque ao Napster não foi inibidor do compartilhamento. Surgiram outras redes, ainda mais descentralizadas e com mecanismos mais sofisticados de trocas, tais como o Gnutella e o protocolo BitTorrent.

Um dos casos mais recentes de ataque das indústrias de *copyright* às práticas de compartilhamento ocorreu na Suécia, envolvendo um *site* de indexação de arquivos digitais chamado The Pirate Bay, que nasceu em 2004 a partir das discussões da organização anticopyright sueca Piratbyrån. Logo se tornou uma organização autônoma que mantinha um *tracker* para uma rede que utilizava o protocolo BitTorrent. Chegou a ter mais de 20 milhões de usuários que acessavam seus servidores para encontrar internautas que estavam trocando músicas, vídeos, *softwares* e demais arquivos digitais. Perante as leis suecas, The Pirate Bay não era ilegal, pois não armazenava nenhum arquivo cerceado pelo *copyright*, apenas colocava em contato as máquinas que possuíam os arquivos procurados e permitia que os internautas continuassem trocando entre si aquilo que queriam.

Por pressão do governo norte-americano, no dia 31 de maio de 2006, a polícia sueca invadiu a empresa que hospedava os servidores do The Pirate Bay e apreendeu seus computadores. No dia 3 de junho, cerca de 600 pessoas participaram de um protesto em Estocolmo em defesa da liberdade de cópia. O protesto também ocorreu em Gotemburgo e reuniu aproximadamente 300 manifestantes. Em 2009, Frederik Neij, Gottfrid Svartholm Warg, Carl Lundstrom e Peter Sunde foram condenados por uma corte sueca por violar leis de direitos autorais, e ainda foram condenados a pagar uma indenização de 30 milhões de coroas suecas (aproximadamente 3,55 milhões de dólares) por perdas e danos para empresas como

Warner Bros, Sony, EMI e Columbia Pictures (BBC ONLINE, 2009a).

A proposta da indústria de *copyright* consiste na ação dos provedores de acesso para identificar o fluxo de informações de seus usuários. Uma vez que o internauta esteja fazendo *download* ou *upload* de arquivos digitais com *copyright*, ele deverá receber um primeiro aviso de que violou a lei. Depois de receber três avisos de violação dos direitos autorais, o internauta será desconectado da Internet por um período, em geral, de um ano. O nome *three strikes* vem do beisebol, da regra “três batidas e você está fora”. Sarkozy, em 2009, na França, conseguiu aprovar a Lei Hadopi (*Haute autorité pour la diffusion des œuvres et la protection des droits sur Internet*) e tornou-se o primeiro país a tentar implementar os *three strikes*. A Inglaterra, em 2010, também aprovou uma lei similar chamada Lei da Economia Digital.

Na tentativa de manter os sistemas de propriedade intelectual implantados no mundo industrial, principalmente a partir do século XIX, as corporações de *copyright* atuam para construírem leis que subordinem o direito à privacidade e todos os demais direitos a uma dada concepção de direito de propriedade. Para tentar impedir as práticas corriqueiras de compartilhamento de arquivos digitais, atualmente realizada por milhões de pessoas no mundo, parte da indústria do *copyright* quer aprovar leis em cada país que garantam: 1) a identificação plena de todos os internautas; 2) a possibilidade de acessar os conteúdos compartilhados nas redes, sem a necessidade de ordem judicial. Para evitar um elevado desgaste na opinião pública, a indústria de *copyright* incentiva que a transformação da violação de privacidade como regra seja apresentada como condição fundamental de combate à pedofilia e ao terrorismo.

Políticas de infraestrutura e os fluxos informacionais

A definição de como será a Internet em um futuro próximo dependerá do resultado do embate atual a respeito do princípio da neutralidade da rede. Para compreender bem a dimensão deste contencioso que envolve usuários e pioneiros da Internet, de um lado, contra as operadoras de telecomunicações e a indústria de *copyright*, de outro, é importante observar como a rede mundial de computadores se estrutura e como ela tem funcionado até hoje.

A Internet não é uma rede única; é uma rede de redes. Seu sucesso estrondoso adveio principalmente da facilidade de adesão à sua malha. Para que uma rede privada também se comunicasse com a Internet, bastava ela utilizar os protocolos TCP/IP. Outra razão do seu sucesso está em sua estruturação de camadas interligadas, mas completamente independentes uma das outras. A camada física da Internet possui inúmeros protocolos que permitem que bits sejam transformados em sinais elétricos que são enviados pelas redes físicas controladas pelas operadoras de telecomunicações. Existem ainda as camadas lógicas que são de enlace, de rede, de transporte e de aplicação.

A independência de uma camada diante da outra assegura o dinamismo da rede. Para se criar uma nova aplicação, não é necessário obter autorização de controladores de quaisquer outras camadas, nem de órgãos públicos, nem de empresas privadas. Por isso, a criatividade é tão intensa na Internet. Qualquer um pode criar novos conteúdos, novos formatos e novas tecnologias. Novos protocolos de comunicação também podem ser criados e obter um enorme sucesso. Para tal eles devem interagir com os demais protocolos essenciais das outras camadas. Até agora, a neutralidade de uma camada diante da outra tem

sido um dos principais fatores que garantem a cultura de liberdade na rede.

O princípio da neutralidade da rede pode ser entendido também como o que assegura outro princípio chamado de *end-to-end*. Todo o desenvolvimento da arquitetura da Internet foi pensado para que a inteligência da rede e o gerenciamento humano das aplicações estivessem nas “mãos dos usuários finais” e não sob o controle dos intermediários. Quem deve definir o que deve ser comunicado são as pontas comunicantes da rede e não os meios que estão entre eles. Este é o princípio *end-to-end* que assegurou o funcionamento da Internet até hoje e que está presente em seus principais protocolos, desde a RFC 1958, que contém os princípios arquiteturais da rede.

Em 2003, Tim Wu, professor da Faculdade de Direito de Columbia, publicou um texto intitulado “Network neutrality, broadband discrimination” que marcou o debate conceitual sobre os riscos que a interferência dos controladores da infraestrutura física de rede poderia ter sobre os conteúdos e aplicações da Internet. A ideia de neutralidade diz respeito à não discriminação dos pacotes de dados que passam pelas redes de telecomunicações controladas por gigantescos oligopólios. Desse modo, nenhum controlador de rede deveria poder impedir que um pacote transitasse sem discriminação de origem, destino ou tipo de aplicação.

Em sua dissertação de mestrado sobre o poder comunicacional, Rodrigo Fonseca retoma o debate esclarecedor que Tim Wu travou com Christopher Yoo, professor de direito e comunicação da Universidade da Pensilvânia, em março de 2007:

A neutralidade da rede, segundo Yoo (2007), é uma questão de mercado e, assim, deve ser regida pela lei de oferta e demanda por bandas largas [...] Para

Yoo (2007), o tratamento diferenciado de pacotes de informação por tipo de aplicação pode permitir a superação dos congestionamentos de tráfego na internet. Isso ocorreria por meio da identificação dos pacotes e estabelecimento de privilégio de tráfego aos considerados mais importantes, em detrimento daqueles com menor grau de relevância. (ALMEIDA, 2009, p. 108).

A Internet cresceu até o momento e tem sido conhecida por ser um celeiro de criatividade e inventividade operando sobre o princípio da neutralidade na rede. As operadoras de telecomunicações querem implantar dentro do ciberespaço a lógica do mercado, substituindo a lógica dos *commons* ou do espaço comum. Quebrar a neutralidade é implantar a discriminação dos pacotes de dados conforme os acordos comerciais. Concretamente, isto significa que os pacotes de informação de empresas que fizeram acordos com os donos da infraestrutura de rede trafegarão mais rapidamente que todos os outros. Pode implicar até o bloqueio de pacotes de aplicações indesejadas pelas operadoras.

A mercantilização completa do ciberespaço colocará em risco novos inventos, pois os donos de *backbones* (redes físicas de alta velocidade) poderão exigir autorização específica para que aqueles pacotes de dados passem por elas. Tal fato poderia gerar uma subordinação de todas as novas criações à aprovação dos controladores da infraestrutura física da rede. Por isso, a formulação de leis nacionais para garantir o princípio da neutralidade da rede tem sido uma alternativa ao poder transnacional das operadoras de telecomunicações.

Conclusão

A Internet é a maior expressão da sociedade informacional. Ela está baseada na computação digital

que permitiu traduzir toda a produção simbólica imaterial das sociedades contemporâneas em dígitos. A digitalização intensa, além de libertar os conteúdos e formatos criativos de seus suportes físicos, impulsionou as práticas recombinantes, fomentou diversas convergências e ampliou a diversidade cultural. O crescimento vertiginoso da rede mundial de computadores representou simultaneamente a ampliação das práticas de compartilhamento de bens culturais, fugindo ao controle das velhas corporações da comunicação de massa.

As corporações que controlavam os canais das mídias tradicionais perceberam que não poderiam controlar com as mesmas técnicas os canais digitais, uma vez que não existem dificuldades para a criação de sites, portais, blogs, nanoblogs e novas aplicações. No novo ecossistema comunicacional, qualquer pessoa com alguma habilidade informacional poderia criar um ponto comunicador na grande teia comunicativa. Isto, de certo modo, competia com a supremacia que a indústria do *copyright* conquistara no mundo dominado pelos *mass media*. É perceptível que diversas atividades de intermediação cultural foram fortemente abaladas com a expansão das redes digitais.

A interatividade possibilitada pela internet exigiu não apenas novas categorias para tratar os cidadãos conectados, que deixavam de ser telespectadores para tornarem-se interagentes, e incentivou a troca de arquivos digitais sem os limites da escassez, típicos dos bens materiais. Práticas corriqueiras de troca de discos e fitas k7 entre vizinhos e colegas de classe passaram a ser realizadas amplamente entre vizinhos do ciberespaço, um lugar de fluxos que supera distâncias físicas e altera a noção de tempo. Estas práticas, antes consideradas inofensivas, foram declaradas criminosas pelas indústrias de *copyright*,

que passaram a atuar para mudar legislações em todo o planeta.

Combinando o enrijecimento das legislações de *copyright* a partir de proposições como o ACTA com a pressão para que os Estados subscrevam e apliquem os termos da Convenção de Budapeste, a ideia é transformar o controle técnico dado pelos protocolos que garantem o funcionamento da Internet em controle político-cultural. Isto passa por tornar os fluxos informacionais abertos para a vigilância dos provedores de conexão e acesso, bem como por vincular os IPs utilizados para a navegação na rede às identidades civis de seus usuários com a finalidade de agilizar processos judiciais pela violação das leis de *copyright*.

O conjunto destas ações da indústria de *copyright* poderia ser reforçado se os fluxos de informação que transitam pela Internet pudessem ser filtrados e controlados pelos donos da infraestrutura física por onde os pacotes de dados transitam, ou seja, pelas empresas de telecomunicação. Os oligopólios da telefonia, os donos dos cabos submarinos, das redes de alta velocidade e dos satélites seriam os novos censores da rede caso o princípio da neutralidade da rede seja derrotado.

Todavia, os esforços de aplicação de leis como a dos *three strikes*, aprovada na França como lei Hadopi, têm redundado na violação de outros direitos, tais como o direito à privacidade. Além disso, a desconexão de internautas exige a individualização da navegação, o que pode gerar o fim das redes abertas. Também tem uma difícil aplicação em residências com mais de um internauta, pois desconectaria um ponto que serve a pessoas que não fizeram *downloads* considerados ilegais. Na legislação de diversos países, as penas devem ser individuais para não recair sobre inocentes.

Em 2009, o Comitê Gestor da Internet no Brasil lançou os Princípios para a Governança e Uso da Internet no País. Um deles foi denominado *princípio da inimizabilidade da rede* e significa que “o combate a ilícitos na rede deve atingir os responsáveis finais e não os meios de acesso e transporte, sempre preservando os princípios maiores de defesa da liberdade, da privacidade e do respeito aos direitos humanos”. Neste sentido, não é possível considerar a rede culpada por supostos crimes, muito menos as conexões devem ser penalizadas.

As batalhas em relação à propriedade sobre bens imateriais devem assumir uma relevância cada vez maior nos próximos anos e devem gerar embates vigorosos entre forças político-econômicas que buscam o controle cultural da Internet. As articulações da indústria de *copyright* e das corporações de telecomunicações certamente ganharão representações políticas específicas em cada país e também serão organizadas para as batalhas aparentemente técnicas por mudanças de protocolos e pela imposição de novos padrões tecnológicos.

A construção e defesa de uma rede de comunicação aberta, desenvolvida colaborativamente, sem o uso de padrões que sejam propriedade privada de um ou alguns, têm garantido até o momento um dos períodos mais democráticos e livres de nossa história mundial e, ao mesmo tempo, permitido a elevação da criatividade e a manutenção da diversidade cultural. Os sistemas de propriedade erguidos no mundo industrial só podem prevalecer no cenário informacional se mudarem profundamente a arquitetura da Internet e o modo como ela se desenvolveu até os dias de hoje.

Referências

ALMEIDA, R. F. **A concentração do poder comunicacional na sociedade em rede**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo. Disponível em: <http://www.facasper.com.br/rep_arquivos/2010/01/29/1264790649.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2010.

BBC ONLINE. **Fundadores do Pirate Bay são condenados à prisão na Suécia**. 2009a. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/2009/04/090417_sueciapiratebayml.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2010.

BBC ONLINE. **Suécia julga ação contra maior site de pirataria do mundo**. 2009b. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/02/090216_piratebay_dg.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2010.

BENKLER, Y. **The wealth of networks**: how social production transforms markets and freedom. New Haven/London: Yale University Press, 2005.

CARPENTER, B. (Ed.). **Architectural principles of the Internet**. Disponível em: <<http://tools.ietf.org/html/rfc1958>>. Acesso em: 02 jul. 2010.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Princípios para a governança e uso da Internet no Brasil**. Disponível em: <http://www.cgi.br/regulamentacao/resolucao2009-003.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

EL PAÍS. Inglaterra no desconectará a los usuarios de las redes P2P. **El País.com**, 26 jan. 2009.

Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internet/Inglaterra/desconectara/usuarios/redes/P2P/elpepuntec/20090126elpepuntec_6/Tes>. Acesso em: 01 jul. 2010.

EL PAÍS. La Asamblea Francesa vuelve a votar la ley contra las descargas. **El País.com**, 29/04/2009. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internet/Asamblea/Francesa/vuelve/votar/ley/descargas/elpepuntec/20090429elpepuntec_2/Tes>. Acesso em: 01 jul. 2010.

ERDELYI, M. F. **Itamaraty ainda estuda adesão à Convenção de Budapeste**. 29 mai. 2008. Disponível em: <[Comunicação & Sociedade, ISSN Impresso: 0101-2657 • ISSN Eletrônico: ISSN 2175-7755.](http://www.con-</p></div><div data-bbox=)

jur.com.br/2008-mai-29/itamaraty_ainda_estuda_adesao_convencao_budapeste>. Acesso em: 10 jul. 2010.

GALLOWAY, A. **Protocol: how control exists after decentralization**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2004.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERNANDEZ, C. El nuevo anteproyecto permitiría cerrar una web por incluir un enlace a otra de P2P. **20Minutos.es** Disponível em: <<http://www.20minutos.es/noticia/579200/0/desconexion/internet/pirateria/>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

JENKINS, H. **Convergence culture: where old and new media collide**. New York/London: New York University Press, 2006.

MICK, J. **Wikileaks Airs U.S. Plans to Kill Pirate Bay, Monitor ISPs with multinational ACTA proposal**. 23 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.dailytech.com/article.aspx?newsid=11870>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Convenção sobre o cibercrime**. Budapeste, 23/11/2001. Disponível em: <http://ccji.pgr.mpf.gov.br/atuuacao-da-ccji/documentos/docs_documentos/convencao_cibercrime.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2010.

OFUGI, F. **Distribuição musical nas redes digitais: estudo dos repositórios gratuitos e a economia da música**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo.

RIAA. **Piracy: online and on the street**. Disponível em: <<http://www.riaa.com/physicalpiracy.php>>. Acesso em: 10 set. 2010.

SILVEIRA, S. A. Arquiteturas em disputa: ativistas P2P e a indústria da intermediação. **Eptic On-Line** (UFS), v. XI, p. 10-27, 2009.

TERRANOVA, T. **Network culture: politics for the information age**. London: Pluto Press, 2004.

WIKILEAKS. **ACTA negotiations brief on Border Measures and Civil Enforcement 2008**. 29 jul. 2008. Disponível em: <http://wikileaks.org/wiki/ACTA_industry_negotiating_brief_on_Border_Measures_and_Civil_Enforcement_2008>. Acesso em: 10 abr. 2010.

WU, T. Network neutrality, broadband discrimination. **Journal of Telecommunications and High Technology Law**, v. 2, p. 141, 2003.